

## A pejotização precariza o trabalho e ilude o trabalhador

A **CHAMADA** pejotização, modelo de trabalho duramente criticado pelo movimento sindical, é o retrato da precarização disfarçado de autonomia e modernidade.

As empresas contratam profissionais como PJ (Pessoa Jurídica para exercerem funções que, por lei, deveriam ser enquadradas no regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Para as entidades sindicais, a prática é uma estratégia patronal que visa unicamente mascarar o vínculo empregatício, transferindo os riscos do negócio para o indivíduo e esvaziando a rede de proteção social.

O cenário ganhou contornos ainda mais complexos com a interferência do STF



(Supremo Tribunal Federal). Em 14 de abril de 2025, o ministro Gilmar Mendes paralisou os processos sobre o tema para evitar insegurança jurídica e, embora tenha liberado a tramitação na primeira instância e nos Tribunais Regionais do Trabalho em 16 de junho deste ano, a indefinição continua prejudicando os trabalhadores que buscam o reconhecimento dos direitos na Justiça.

## Mercantil: Movimento sindical denuncia metas abusivas e pressão crescente

O **MOVIMENTO SINDICAL** denunciou o aumento da pressão comercial e a imposição de metas consideradas abusivas pelo banco Mercantil. Segundo relatos de funcionários, a instituição elevou de forma repentina os objetivos relacionados ao crédito consignado e ao crédito imediato, além de ampliar o número de campanhas internas de premiação sem diálogo com a representação dos trabalhadores.

Para os representantes dos empregados, as novas regras dificultam o alcance dos resultados e comprometem a remuneração variável. A categoria aponta que o banco passou a adotar critérios de elegibilidade

mais complexos, criando obstáculos para o recebimento dos bônus previstos nos programas de incentivo.

Os trabalhadores também denunciam que a fragmentação das metas em várias campanhas simultâneas tem aumentado a sobrecarga nas unidades. Além da pressão por resultados, há relatos de dificuldades operacionais nos sistemas usados para validação das campanhas, o que contribui para um ambiente de tensão e insegurança.

Diante desse cenário, a Comissão de Organização dos Empregados do Mercantil cobra a revisão imediata das metas do crédito consignado, a simplificação dos programas de

incentivo e mais transparência nos critérios de participação e pagamento das premiações. O movimento sindical alerta que o crescimento e os lucros do banco não podem ocorrer às custas do adoecimento dos trabalhadores.



## Bolsonaristas promovem PEC da Escravidão

salarial ou de outros benefícios de direito do trabalhador.

O texto da matéria propõe que o empregado negocie jornadas de trabalho diferentes diretamente com o empregador, recebendo remuneração proporcional às horas trabalhadas, perdendo, assim, a garantia do salário-mínimo mensal.

A proposta ainda abre brechas para uma escala sem descanso aos trabalhadores. O projeto de lei conta com a assinatura de 41 senadores, incluindo o presidenciável do PL, Flávio Bolsonaro. A proposta é de autoria de Rogério Marino (PL-RN), possível candidato a vice-presidente pelo PL.

A chamada "PEC da Escravidão" abala garantias básicas de trabalho digno, conceito da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que estabelece limitação saudável de jornada, igualdade de gênero, tempo em família, produtividade e poder pleno de

escolha do trabalhador.

A PEC da extrema direita não representa a "escolha" definida pela OIT: trata-se de escolher entre receber menos ou perder o emprego.

Apesar do apoio manifestado por empresários que só tem a ganhar com a escala da escravidão, como o presidente da Abrasel-BA (Associação de Bares e Restaurantes na Bahia), Júlio Calado, cuja defesa é de que "um jovem que está entrando no mercado pode querer dedicar mais tempo ao trabalho para ganhar experiência", os movimentos sindicais e senado esquerdista continua trabalhando para efetivar o fim da escala 6x1 no Brasil e impedir que qualquer outro modelo trabalhista que fira a garantia de direitos básicos e dignos ao trabalhador seja tramitado.

Fonte: SEEBBA

# O BANCÁRIO!

Ano 2026 - Edição: 24 29/06 a 06/07

Presidente: Eritan Machado

## Começa a campanha nacional da categoria

**Categoria aprova minuta e fortalece luta por direitos, emprego e valorização.**

www.bancariosfeira.com.br



**OS BANCÁRIOS** e bancárias de Feira de Santana aprovaram em Assembleia Geral realizada em 22/06, com 97,73% dos votos favoráveis, a minuta de reivindicações da Campanha Nacional Unificada 2026. O documento reúne as principais demandas da categoria e será apresentado à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), dando início à próxima etapa da campanha salarial.

A minuta aprovada cobra aumento real de 5% nos salários e nas demais verbas, como PLR, vale-alimentação e vale-refeição, além da manutenção dos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho. Também trata de temas que fazem parte da realidade diária da categoria, como metas abusivas, assédio moral, sobrecarga de trabalho, adoecimento, defesa do emprego e melhores

condições nas agências e departamentos.

As pautas aprovadas pela base foram debatidas durante a 28ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada entre os dias 19 e 21 de junho, em São Paulo. O Sindicato dos Bancários de Feira de Santana esteve presente com uma comitiva comprometida em levar ao debate nacional as diferentes realidades vivenciadas pela categoria na região.

Representaram Feira de Santana: Eritan Machado, presidente do Sindicato e funcionário da Caixa; Sandra Freitas, vice-presidente e funcionária do Santander; Pedro

César, diretor e funcionário do Banco do Brasil; Maria Clara, diretora e funcionária do Bradesco; e Juliana Falcão, diretora do Sindicato e funcionária do Itaú.

Entre os principais pontos discutidos estiveram a valorização dos bancos públicos, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a proteção da categoria diante das novas tecnologias, o combate às demissões, a preservação da saúde dos bancários e a necessidade de que os altos lucros dos bancos sejam revertidos em salário justo, melhores condições de trabalho e respeito nos locais de trabalho.

Com a minuta aprovada pela categoria e as propostas debatidas nacionalmente, o movimento sindical segue agora para a mesa de negociação com os bancos, que inicia no dia 02 de julho. Depois têm rodadas previstas para 7, 16, 21 e 30 do mesmo mês. Em agosto, o calendário prevê debates para 4, 13, 18 e 25.

O Sindicato acompanhará esse processo junto à base, mantendo a mobilização em defesa de PLR digna, emprego, saúde, segurança e melhores condições de trabalho.

## Empregados entregam minuta de reivindicações específicas à Caixa

**REPRESENTANTES** dos empregados da Caixa entregaram, na quarta-feira 24/06, em São Paulo, a minuta de reivindicações específicas à direção do banco. A entrega ocorreu logo após a apresentação da pauta geral da categoria bancária à Fenaban, dentro da Campanha Nacional dos Bancários 2026.

O documento reúne as propostas aprovadas no 41º Congresso Nacional das Empregadas e dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado entre os dias 17 e 19 de junho, em São Paulo. A minuta servirá de base para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho Aditivo da Caixa, com vigência de 1º de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028.

Entre os principais pontos da pauta estão a defesa do Saúde Caixa, com manutenção do modelo de custeio 70/30, garantia do plano para todos os empregados, inclusive aposentados, e fim do teto estatutário de



6,5% da folha de pagamento. A minuta também cobra valorização profissional, revisão dos planos de cargos e funções, mais contratações, concursos públicos e fortalecimento da rede de atendimento presencial.

O documento ainda apresenta reivindicações sobre metas, remuneração

variável, combate ao assédio e ao adoecimento, direito à desconexão, jornada de trabalho, Funcef, inclusão, diversidade e proteção contra violência. As entidades defendem negociação permanente, preservação dos direitos já conquistados e respeito à representação dos trabalhadores da Caixa.

## Encontro do Itaú define reivindicações específicas para 2026

O ENCONTRO Nacional dos Funcionários do Itaú Unibanco reuniu bancários e bancárias de todo o país, na sexta-feira (19/06), em São Paulo, para definir as reivindicações específicas que serão levadas à Campanha Nacional 2026. A atividade contou com 88 delegados e delegadas, além de 20 convidados, com participação de representantes da Bahia e Sergipe.

Durante o encontro, foram debatidos temas como conjuntura política e econômica, impactos da inteligência artificial no emprego, fechamento de agências, metas abusivas, assédio moral, saúde mental e condições de trabalho. Também foram apresentados dados sobre o lucro do banco e a redução da rede física e do quadro de



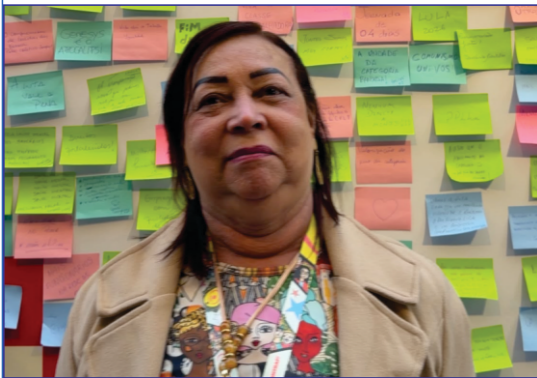
funcionários nos últimos anos.

Entre as principais reivindicações definidas estão a garantia do emprego, o fim

do fechamento de agências, mais transparência nos processos de reestruturação, valorização dos trabalhadores e melhores condições nas unidades que seguem em funcionamento. Os participantes também defenderam a revisão dos programas de avaliação de desempenho, como o Gera e o Evolui.

A delegação da Bahia e Sergipe destacou a situação dos bancários adoecidos, a necessidade de ajustes nos fluxos de retorno do INSS e a retomada do subsídio ao plano de saúde dos aposentados. O encontro reforçou a importância da mobilização nacional e da negociação permanente com o banco para garantir direitos e enfrentar os impactos da reestruturação no Itaú.

## Encontro do Bradesco aprova pauta e plano de lutas da Campanha



Campanha Nacional 2026. A atividade contou com 88 delegados e delegadas, além de 20 convidados, com participação de representantes da Bahia e Sergipe.

Durante o encontro, foram debatidos temas como conjuntura política e econômica, impactos da inteligência artificial no emprego, fechamento de agências, metas abusivas, assédio moral, saúde mental e condições de trabalho. Também foram apresentados dados sobre o lucro do banco e a redução da rede física e do quadro de funcionários nos últimos anos.

Entre as principais reivindicações definidas estão a garantia do emprego, o fim do fechamento de agências, mais transparência nos processos de

reestruturação, valorização dos trabalhadores e melhores condições nas unidades que seguem em funcionamento. Os participantes também defenderam a revisão dos programas de avaliação de desempenho, como o Gera e o Evolui.

A delegação da Bahia e Sergipe destacou a situação dos bancários adoecidos, a necessidade de ajustes nos fluxos de retorno do INSS e a retomada do subsídio ao plano de saúde dos aposentados.

O encontro reforçou a importância da mobilização nacional e da negociação permanente com o banco para garantir direitos e enfrentar os impactos da reestruturação no Itaú.

## Encontro do Santander define prioridades para a campanha

REPRESENTANTES dos funcionários do Santander entregaram, na segunda-feira (22/06), a minuta de reivindicações específicas à direção do banco. O documento foi aprovado durante o Encontro Nacional dos Funcionários do Santander, realizado na sexta-feira (19), em São Paulo, com a participação de 75 bancários e bancárias de todo o país, incluindo representantes da Bahia e Sergipe.

Durante o encontro, os trabalhadores debateram a conjuntura política e econômica, os impactos da reestruturação do Santander e as mudanças no modelo de negócios da instituição. Dados apresentados pelo Dieese apontaram que o banco segue com alta rentabilidade, ao mesmo tempo em que avança na digitalização, fecha unidades

físicas, reduz postos de trabalho e amplia a terceirização.

Entre as principais prioridades da minuta estão a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), a valorização das remunerações, a melhoria das condições de trabalho e a redução da sobrecarga enfrentada pelos funcionários. A pauta também inclui medidas contra o fechamento de agências, defesa do emprego, fim da terceirização e fortalecimento do atendimento presencial.

O plano de lutas aprovado prevê mobilização nacional por mais agências físicas, valorização do Programa Próprio de Resultados do Santander (PPRS), saúde e melhores condições de trabalho. A entrega da minuta ao banco marca o início da fase de

negociações específicas da Campanha Nacional dos Bancários 2026. Os impactos da reestruturação no Itaú.



## 36º CNFBB com foco na defesa do papel público do Banco do Brasil



OS FUNCIONÁRIOS do Banco do Brasil aprovaram, durante o 36º Congresso Nacional dos Funcionários e das Funcionárias

do Banco do Brasil (CNFBB), a pauta de reivindicações específicas que orientará a Campanha Nacional dos Bancários 2026. O congresso reuniu cerca de 280 delegados e delegadas de todo o país, entre os dias 21 e 23 de junho, em São Paulo.

As propostas aprovadas estão organizadas em quatro eixos principais: condições de trabalho, previdência, remuneração e saúde. Entre as prioridades estão a defesa do Banco do Brasil como banco público, a valorização dos funcionários, a melhoria das condições de trabalho e o fortalecimento da atuação social da instituição.

A minuta também reivindica a realização de novos concursos públicos, medida considerada essencial para ampliar o quadro

de funcionários, reduzir a sobrecarga de trabalho e melhorar o atendimento à população. Os trabalhadores defendem ainda a manutenção do atendimento presencial, a garantia de caixas em todas as unidades e o fim da transformação das agências em espaços voltados apenas à venda de produtos financeiros.

Outro ponto central aprovado no congresso foi a defesa da Cassi para todos os funcionários e o fortalecimento da Previ. A entrega da minuta à direção do Banco do Brasil, no dia 24 de junho, marcou o início do processo de negociação específica com o banco, com foco na renovação do Acordo Coletivo de Trabalho e na garantia de direitos para o funcionalismo.

## Consulta nacional revela principais demandas da categoria bancária

A CONSULTA Nacional dos Bancários 2026 reuniu mais de 54 mil respostas de trabalhadores de bancos públicos e privados em todo o país. O levantamento serve como um dos principais instrumentos de escuta da categoria e orienta a construção da pauta de reivindicações da Campanha Nacional dos Bancários.

Entre as principais demandas apontadas estão o aumento real dos salários, reajuste mais expressivo na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), ampliação dos valores dos vales alimentação e refeição e elevação do piso salarial. A categoria também defende planos de cargos e salários, critérios mais transparentes de promoção e políticas efetivas de igualdade salarial.



A consulta também destacou reivindicações relacionadas às novas formas de trabalho e às transformações tecnológicas no setor financeiro. Os bancários cobram revisão da ajuda de custo para quem atua em regime remoto ou híbrido, proteção ao

emprego diante da automação e da inteligência artificial, qualificação profissional e supervisão humana em decisões automatizadas que afetem contratação, promoção, avaliação e desligamento.

Outro ponto central revelado pelo levantamento é a preocupação com a saúde física e mental dos trabalhadores. Pressão por metas, cobranças excessivas, assédio moral, esgotamento, ansiedade e afastamentos médicos aparecem como problemas recorrentes. Diante desse cenário, a categoria reivindica melhores condições de trabalho, prevenção ao adoecimento, respeito aos direitos conquistados e fortalecimento da negociação coletiva. Garantia de direitos para o funcionalismo.

## BB recusa assumir maior fatia do custeio da Cassi

UMA PROPOSTA que transfere quase metade da conta da Cassi para os funcionários foi rejeitada pelo movimento sindical. Em negociação realizada na terça-feira (23/06), o Banco do Brasil apresentou um aporte extraordinário de R\$ 2,3 bilhões para recompor as reservas da Caixa de Assistência, mas manteve uma divisão dos custos considerada injusta pelas entidades, que defendem maior responsabilidade do banco na preservação do plano de saúde.

As entidades sindicais cobraram solução com garantia da sustentabilidade da Cassi sem comprometer a capacidade financeira dos associados. A proposta é para que o BB arque com 70% do aporte extraordinário, enquanto os bancários contribuam com 30%. Antes da negociação, os representantes se

reuniram em São Paulo para alinhar a estratégia e reafirmar a defesa de um modelo de custeio justo, além de discutir soluções para o período pós-laboral dos empregados admitidos após 2018 e o atendimento aos funcionários oriundos de bancos incorporados.

Como alternativa à proposta do banco, os sindicatos defenderam que a instituição inicie a contribuição extraordinária já em julho, parcelada em 18 meses, deixando a definição da participação dos associados para depois de uma consulta ao corpo social. Também foi reivindicada a criação imediata de um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de reforma estatutária da Cassi, contemplando temas como governança e adequações às normas regulatórias.

Sem apresentar resposta à contraproposta das entidades, o Banco do Brasil encerrou a reunião comprometendo-se a marcar uma nova rodada de negociação nos próximos dias. O movimento sindical reforçou que seguirá mobilizado para impedir que os trabalhadores arquem com uma parcela desproporcional dos custos e para garantir uma Cassi sustentável, forte e acessível.

